

LUCIANO PEREIRA DA SILVA

ESPORTE E CIDADANIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPINAS

1997

LUCIANO PEREIRA DA SILVA



ESPORTE E CIDADANIA

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Educação Física, na modalidade Treinamento em Esportes, oferecida pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Rodrigues Paes.

1997

AGRADECIMENTOS

- aos professores que participaram diretamente da construção deste trabalho: Luiz Barco, Lino Castelani Filho, Paulo Roberto de Oliveira, Paulo Cesar Montagner, Ídico Luiz Pellegrinotti, Nelson Carvalho Marcellino e, em especial, ao Prof. Roberto Rodrigues Paes, meu orientador, pela constante disponibilidade e pelo apoio;

- aos meus amigos, pelos anos de convivência e aprendizagem;

- à minha mãe (Irani) e aos meus irmãos (Daniel, Thiago e Márcia), por, em qualquer situação, sempre me receberem de braços abertos;

- ao meu pai, por nos momentos difíceis ter sido mais que um amigo, e pela capacidade de renúncia em favor das pessoas que ama.

RESUMO

A opção por este tema se deu em virtude de pensarmos que, para o desenvolvimento de ações em qualquer uma das áreas do esporte, é fundamental a existência de projetos. Projetos esses, que devem ser elaborados por profissionais que em sua formação foram bem capacitados para tal tarefa

Este texto é dividido em três partes. Em sua primeira parte, colocamos que o esporte moderno possui múltiplas possibilidades, porém as características que ele assume, positivas ou negativas, são consequência direta de como ele é trabalhado. Abordamos então, três de suas principais possibilidades: o esporte escolar; o esporte como lazer; e o esporte profissional. Devido às várias dimensões que o esporte possui, defendemos na segunda parte do trabalho, a necessidade de se possuir políticas públicas para com o esporte, visto a sua possível contribuição para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a busca da cidadania. Na terceira parte, fazemos um relato de experiências em políticas públicas para com o esporte, onde, através de entrevistas, procuramos conhecer experiências na área em três níveis: uma cidade do interior (Piracicaba); uma capital de Estado (São Paulo); e um Estado (Paraná).

Por fim, acreditamos que a demonstração da necessidade da existência de programas e de profissionais capacitados para o trabalho na área, contribui para a expansão do campo de trabalho do bacharel em Educação Física na modalidade Treinamento em Esportes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO I - O ESPORTE MODERNO E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES.....	6
I.I - ESPORTE ESCOLAR.....	6
I.II - ESPORTE E LAZER	11
I.III - ESPORTE PROFISSIONAL E O ESPETÁCULO.....	15
CAPÍTULO II - ESPORTE E CIDADANIA.....	19
RELATO DE EXPERIÊNCIAS	26
ENTREVISTA 1 - MUNICÍPIO DE PIRACICABA.....	26
ENTREVISTA 2 - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	32
ENTREVISTA 3 - ESTADO DO PARANÁ.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
BIBLIOGRAFIA.....	51

INTRODUÇÃO

“Atravessamos o século do desporto”

(MANUEL SÉRGIO - 1990,p.204)

O esporte é uma das mais importantes manifestações do homem e, conseqüentemente, de toda sociedade. Entretanto, ao falarmos de esporte, abordamos necessariamente seu conceito. Tal abordagem nos remete à “criação” do esporte.

Segundo Pierre Bourdieu, podemos falar em esporte à partir de sua “criação” nas “Public Schools” da burguesia inglesa. Nestas escolas, os exercícios corporais foram separados das ocasiões sociais, como as festas populares, possuindo agora fins em si mesmos. Com isso, há uma racionalização do esporte e a criação de um corpo de regulamentos e dirigentes. É o que podemos chamar de passagem do jogo para o esporte. É interessante observar que nesta ocasião o esporte é afastado da população em geral, retornando posteriormente a ela sob a forma de espetáculo.

É claro que desde a sua “criação” o esporte passou por uma grande evolução e, hoje, é muito mais que uma exibição de habilidades físicas. Atualmente, acreditamos que o esporte possui múltiplas possibilidades e não pode mais ser visto como uma atividade única e isolada.

“... o desporto não existe mais no singular, mas sim no plural. É plural no que se concerne a motivações, a intenções, a finalidades, a condições, a modelos; é por isso desporto de rendimento, desporto de recreação e lazer, desporto de reeducação e reabilitação, desporto referenciado a educação.” (BENTO, 1993)

Devido a essa pluralidade, a formação do profissional ligado ao esporte não pode estar limitada a somente uma de suas possibilidades. Além disso, também deve estar voltada à todas as fases de vida do ser humano e não apenas a um determinado período.

Entretanto, isso não significa que o esporte em seu contexto atual tenha alcançado as mais variadas classes necessariamente sob a forma de prática. Para muitos, o esporte ainda é apenas um espetáculo, ou um assunto corriqueiro nos meios de informação. Mesmo existindo instrumentos de universalização do esporte, como os Jogos Olímpicos, para inúmeros grupos, ele só chega sobre a forma de prática quando relacionado a alguma forma de manipulação e alienação.

Segundo PAES¹, é preciso oferecer aos cidadãos oportunidade de conhecer e compreender melhor o esporte, privilegiando sua participação, interagindo e considerando todas as possibilidades que ele permite.

São algumas das possibilidades do esporte:

- esporte escolar;
- esporte como forma de lazer;
- esporte de alta competição (profissional);
- esporte como forma de espetáculo;
- esporte como instrumento de uma política pública;
- esporte como agente social;
- esporte como conteúdo da Educação Física.
- esporte como instrumento e agente de marketing.

Dentro deste contexto, pretendemos inicialmente analisar as abordagens que as principais possibilidades do esporte recebe, ressaltando sempre a sua fundamental importância para a formação do ser humano. Assim, dividiremos nosso trabalho em três partes. Na primeira parte, discutiremos através de uma revisão bibliográfica sobre algumas das importantes dimensões do esporte, analisando o tratamento que elas recebem. A segunda parte do nosso trabalho é constituída de uma discussão à cerca das políticas públicas para com o esporte, e finalmente, na terceira

¹ PAES, Roberto Rodrigues. *Educação Física Escolar: o Esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental - Tese de Doutorado*. Campinas: [s.n.], 1996.

parte colocaremos alguns exemplos de iniciativas com políticas públicas para com o esporte tomadas em algumas administrações.

CAPÍTULO I - O ESPORTE MODERNO E SUAS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES

Neste capítulo, discutiremos três das principais possibilidades do esporte: o esporte escolar, o esporte como lazer e o esporte profissional. Ressaltaremos sobretudo, a importância das variadas possibilidades do esporte na formação do ser humano.

1.1 - ESPORTE ESCOLAR

O esporte na escola muitas vezes é confundido com a própria aula de Educação Física. Devido a isso, é necessário que haja uma inicial separação entre esporte e Educação Física. Vemos o esporte, no âmbito escolar, como um dos conteúdos, um dos meios da Educação Física, assim como também o são a dança, a ginástica, o jogo, entre outros. Com isso, podemos observar que o esporte, assim como os outros conteúdos não estão restritos, não são de exclusividade da Educação Física.

Durante muito tempo, e até nos dias de hoje, o esporte dentro da escola foi duramente criticado. Grande parte dessas críticas, têm causa na maneira de como o esporte é introduzido na escola. Em suas múltiplas possibilidades, o esporte possui variadas características que devem ir de encontro às diferentes situações que ele encontra. Segundo BRACHT², a Educação Física não pode assumir os “códigos” de

²BRACHT, Valter. *Educação Física e Aprendizagem Social*. Porto Alegre: Magister, 1992.

uma outra instituição, ou seja, reproduzir em suas aulas significados externos que não estão concebidos com a sua realidade e função. Deve criar-se o esporte “da escola” e não o esporte “na escola”.

“O esporte na escola é um braço prolongado da própria instituição esportiva. Os códigos da instituição esportiva podem ser resumidos em: princípio de rendimento atlético-desportivo, competição, comparação de rendimentos e recordes, regulamentação rígida, sucesso esportivo e sinônimo de vitória, racionalização de meios e técnicas. O que pode ser observado é a transplantação reflexa desses códigos do esporte para a Educação Física.”(BRACHT, 1992, p.22)

O autor ainda ressalta que, subordinado aos códigos e significados que a sociedade lhe imprime, o esporte torna-se um meio de controle social, moldando o praticante aos interesses da sociedade.

Uma característica do esporte bastante discutida, e muitas vezes criticada, principalmente no esporte escolar é a competição. Acreditamos porém que a competição é inerente ao esporte e pode ser um importante fator educacional, não só

para as primeiras etapas da vida (fase escolar, por exemplo), mas durante todo o desenvolvimento do indivíduo. Esta competição deve estar respaldada pela **interpretação e compreensão** das regras, e não apenas pela simples submissão a elas. Entretanto, não podemos deixar de criticar a exacerbação da competição, tão comum no esporte escolar, onde ocorre a predominância do individualismo sobre a cooperação.

É um erro culpar o esporte pelos problemas relacionados a ele que ocorrem. Nesse sentido, pensamos que os desvios do esporte na escola estão no tratamento que ele recebe e não em suas características naturais.

“O desporto não possui nenhuma virtude mágica. Ele não é em si mesmo nem socializante nem anti-socializante. É conforme: ele é aquilo que se fizer dele. A prática do judô ou do rãguebi pode formar tanto patifes como homens perfeitos preocupados com o ‘fair-play’.”(PARLEBÁS apud BETTI, 1991,p. 55)

Defendendo esta dialética do esporte, pensamos que o esporte escolar tem inicialmente a função de promover a iniciação esportiva. Contudo, é necessário ter

claro a abrangência desta iniciação. Acreditamos que ela deve promover a cooperação e o respeito ao ser humano. Além disso, não deve resumir-se ao ensino de gestos técnicos, devendo, na verdade, estar voltada para a compreensão do esporte, em suas mais diversas modalidades, sempre sob o olhar crítico. Desta forma, a Educação Física tem a função de instrumentalização, de habilitação do indivíduo em relação ao movimento corporal.

A Educação Física escolar e conseqüentemente o esporte escolar vêm sendo direcionados para o desenvolvimento da aptidão física do indivíduo, em detrimento de uma perspectiva cultural. As práticas corporais ligadas ao homem através da história fazem parte de sua cultura corporal, e a Educação Física escolar não pode perder de vista tal cultura. Segundo DAOLIO³, é necessário a busca de uma Educação Física Plural, que abranja todas as formas da cultura corporal - jogos, esportes, danças, ginásticas e lutas - e que não tenha como objetivo a aptidão física. Contudo, não podemos afirmar que o esporte na escola está voltado para o alto rendimento. Se isso fosse verdade, estaríamos formando atletas, o que não ocorre. É preciso entender que o professor de Educação Física escolar não possui tempo e estrutura para isso, não sendo também esta a sua função. O que muito se vê é uma equivocada prática esportiva, não formativa, excludente e voltada para um “pseudo-rendimento”. Ainda assim, não percebemos que o esporte de alto rendimento tenha um efeito negativo para o esporte escolar. Ele é uma das possibilidades do esporte moderno e, como tanto, é legítimo.

³DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. Campinas: Papirus, 1991.

“A profissionalização do esporte não se tornou um problema para a Educação Física escolar, mas sim uma solução para sua melhor compreensão e, conseqüentemente melhor convivência com suas ambigüidades.”
(PAES, 1996, p. 73)

O esporte, trabalhado em suas variadas dimensões, pode ser uma das formas de leitura da realidade. Além disso, parece-nos claro que a função da Educação Física no tratamento do esporte escolar, é contribuir para sua inicial democratização através da prática, de forma plural, e de modo a caminhar para a formação de cidadãos críticos.

Tendo em vista a inerente pluralidade do esporte, trataremos a seguir, do esporte enquanto lazer.

I.II - ESPORTE E LAZER

Partindo do princípio que o esporte possui várias dimensões, vemos como uma de suas possibilidades o lazer. Porém, ao tratarmos do esporte como forma de lazer, é necessário anteriormente abordarmos algumas conceituações relacionadas ao tema. Apesar de ser uma palavra corriqueiramente utilizada pela grande maioria das pessoas, o conceito de lazer não é consensual. Vemos o lazer como o tempo de um indivíduo para a realização de atividades voluntárias que lhe tragam prazer, sejam essas atividades o esporte ou o turismo, por exemplo. Segundo MARCELLINO⁴, o lazer é entendido como “...componente da cultura historicamente situada, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída), no ‘tempo disponível’ das obrigações, e atendendo a valores não apenas de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social, o que significa levar em conta seu duplo aspecto educativo.”

O tempo dedicado a “prática” do lazer antes pensado como tempo livre, agora é visto como tempo disponível, pois tempo algum pode ser considerado realmente livre, devido ao comportamento neste tempo ser coibido pelas imposições sociais. O tempo disponível não pode ser confundido com tempo desocupado ou ociosidade, sendo este último um tempo de espera, de falta de ação, como por exemplo, em uma situação de desemprego.

⁴MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

Os conteúdos do lazer podem ser divididos em seis áreas fundamentais: os interesses artísticos, os físicos, os intelectuais, os manuais, os turísticos e os sociais, estando a prática esportiva dentro do campo dos interesses físicos. Tendo em vista o alcance de todas as pessoas, as atividades de lazer devem abranger todas as áreas. Segundo MARCELLINO, o mínimo de orientação sobre os vários conteúdos do lazer é pré-requisito para que a pessoa possa fazer uma opção. O autor ressalta ainda, que geralmente a restrição de atividades a um campo específico de interesses ocorre não por escolha própria, mas pelo não contato com os outros conteúdos.

O esporte como lazer aparece principalmente sob duas formas: a prática esportiva e o espetáculo. Seu surgimento está relacionado com o desenvolvimento da sociedade industrial, onde a exigência de uma mão de obra que produzisse cada vez mais, criou condições desumanas de trabalho. Com a conseqüente divisão social do trabalho, as primeiras manifestações a respeito do lazer começaram a acontecer, porém ele só recebe grande atenção de estudiosos nas últimas décadas.

A importância que o lazer recebe, na maioria das vezes, está relacionada com o lucro que ele pode ocasionar, de forma direta ou indireta. Esta é uma das causas de alguns programas de lazer equivocados ou, no mínimo insuficientes, tanto em relação ao setor privado (empresas), como ao público (administrações públicas). Se pensarmos, por exemplo, que a prática do lazer deve ser voluntariosa e de forma a permitir uma escolha do praticante, quantas pessoas, em nossa atual sociedade, estarão realmente tendo acesso ao lazer ?

A busca de uma democratização do esporte voltada para a suas múltiplas dimensões, inclusive o lazer, ultrapassa um chamado esporte de massa, onde

na verdade a massa é somente uma grande fileira de espectadores. Acreditamos que o espetáculo é uma das possibilidades do esporte, entretanto, também é preciso a busca crítica pela prática e pela diversidade, respeitando a existência das diferenças.

“Só se pode conceber a democratização de uma atividade esportiva, com a recusa de qualquer tipo de discriminação, com a recusa de transformar o indivíduo em um instrumento de fácil manipulação política, de contestação de minorias raciais ou religiosas; com a recusa de, a pretexto de enaltecer o orgulho pessoal ou coletivo, do indivíduo ou da nação, aspirar à vitória, acima de tudo e a qualquer preço. (DUMAZEDIER, 1980, p.115)”

Dumazedier coloca os interesses culturais do lazer, inclusive os físicos esportivos em três gêneros: a prática, a assistência e o conhecimento. Porém, observamos que muitas vezes um desses gêneros é trabalhado de forma isolada. A Educação Física escolar, por exemplo, pensa preponderantemente na prática, não preparando o indivíduo para a assistência ou o conhecimento do esporte. Vários autores ligados ao tema colocam o lazer como um veículo de educação, e que é

necessário educar para o lazer, sendo esta educação o fornecimento de informações que viabilizem o seu desenvolvimento.

Um redimensionamento do esporte no que se refere ao lazer deve estar direcionado às aspirações dos mais variados grupos sociais. Deve também, dar condições para a atuação e interação do homem no exercício do seu direito ao lazer.

Trataremos a seguir do esporte profissional, que também pode ser encarado como lazer. Isso não da perspectiva do profissional que o pratica, mas das pessoas que assistem ao espetáculo.

I.III - ESPORTE PROFISSIONAL E O ESPETÁCULO

Assim como o lazer, vemos também o esporte profissional como uma das dimensões do esporte. Ligado ao esporte profissional, necessariamente abordamos o espetáculo e questões relacionadas ao marketing esportivo.

O esporte pode ser trabalhado em três gêneros: a prática, o conhecimento e a assistência. É importante salientar que nenhum desses gêneros ocorrem de forma isolada, estando na verdade ligados entre si. O desenvolvimento da assistência, por exemplo, deverá também promover a prática, e vice-versa.

Entretanto, alguns sérios problemas são corriqueiros em relação ao esporte profissional/espetáculo. É comum por exemplo a sobreposição de uma modalidade sobre outra, não permitindo a diversidade esportiva (nosso futebol é um exemplo unânime de tal fato). Mais amplo que isso, há culturas esportivas dominantes que procuram secundarizar outras culturas esportivas.

A tão sonhada busca pela ética esportiva também se vê abandonada com a supervalorização da vitória. Supervalorização esta, promovida pelos mais variados segmentos que vão desde os meios de comunicação ou os patrocinadores do esporte até os técnicos das diversas modalidades. As conseqüências geralmente são graves como o uso de doping ou outros meios ilícitos para o alcance de determinados resultados.

Esporte espetáculo, se trabalhado de forma isolada, ignora as diferenças existentes como o nível social dos praticantes podendo, por exemplo,

promover a eliminação das atividades populares. Baseado na lei de oferta e procura, sobretudo no que diz respeito às questões de marketing, neste campo a principal meta é sempre o lucro.

É comum entre os autores relacionados ao tema, a defesa de que é necessário uma educação para a assistência. Ou seja, cabe á educação formal entre outros, a preparação do indivíduo de modo a capacitá-lo para uma assistência crítica.

“A cultura de admiradores resulta do preparação à assistência do espetáculo; é, antes de tudo, uma iniciação á poesia do espetáculo esportivo, uma abertura à poesia dos gestos, dos movimentos dos grupos; em segundo lugar, é uma formação do espírito crítico, relativo à qualidade do jogo, à atitude dos jogadores, do público, dos tipos, do meio social ,etc; supõe exercícios de crítica ao espetáculo, da mesma maneira que se faz crítica a um texto literário, ou a uma peça de teatro.”(DUMAZEDIER, 1980, p. 124)

O esporte espetáculo ocupa, atualmente um grande segmento da atividade econômica e, com isso, está norteado pelos mais variados tipos de interesses. Não é incomum, por exemplo, a direta influência da mídia nas atividades esportivas.

Tal afirmação fica ilustrada quando observamos algumas mudanças de regras em esportes coletivos para melhor veiculação de propaganda (o tempo da TV no vôlei por exemplo).

Um dos principais problemas a ser tratado no esporte profissional é a preocupação exclusiva com formação de atletas. Dentro deste trabalho, estão diariamente envolvidos inúmeros jovens que, em sua grande maioria, não se tornarão atletas profissionais. É necessário pois, ter ações que tornem o esporte na vida dessas pessoas um importante agente na formação humana, de modo a não caminhar para o resultado e a busca de novos valores esportivos a qualquer custo.

Já pensando em políticas públicas para com o esporte, uma importante questão se faz presente em relação ao esporte profissional. Tal opinião diz respeito ao investimento de recursos em tal área. Há os que defendem que recursos públicos não devem ser destinados ao esporte profissional, sendo esta área ocupada pela iniciativa privada, mas sim para outros projetos mais populares, como o esporte de base. Já outros acreditam que o dinheiro público também pode ser destinado ao esporte profissional, como modo de incentivá-lo e promovê-lo, e baseiam-se em iniciativas nesse rumo de sucesso pelo menos aparente.

Pensamos que tal assunto deve ser analisado com cuidado e que ambos os caminhos já citados podem ser seguidos. Acreditamos que o esporte enquanto espetáculo, se trabalhado corretamente está diretamente ligado a outros de seus gêneros como a prática. Em outras palavras, o esporte profissional é incentivador direto da prática e vice e versa. Entretanto, não podemos deixar de salientar que em todas as administrações públicas algumas prioridades e metas devem ser estabelecidas.

Além disso, sobretudo em situações de recursos financeiros limitados, um gênero do esporte não deve ser trabalhado em detrimento ao outro, e em uma situação dessas, talvez deve-se buscar a opção que irá atender a uma parcela maior da população.

Como já dissemos anteriormente, acreditamos que o esporte está inserido em um extenso campo, podendo assumir as mais variadas dimensões. Já as dimensões que o esporte assume, é consequência direta de como ele é trabalhado.

Partindo do princípio que vemos o esporte como um dos instrumentos na busca da cidadania, pensamos ser imprescindível a existência de políticas públicas no tratamento do esporte, políticas essas que ultrapassem iniciativas isoladas e estejam vinculadas a um projeto amplo e consistente. Sendo o direito ao esporte garantido pela Legislação⁵ e devendo ser oferecido a todos, discutiremos as iniciativas que vêm sendo tomadas em relação ao tema, tendo em vista a contribuição que o esporte pode dar na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na busca pela cidadania.

⁵ - Constituição Brasileira de 1988 - artigo 217.

CAPÍTULO II - ESPORTE E CIDADANIA

Neste capítulo, trataremos das políticas públicas para com o esporte, tendo em vista a contribuição que o esporte pode dar na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na busca da cidadania.

Nos dias de hoje, ouvimos freqüentemente a palavra cidadania. Nos mais variados grupos sociais a busca pela cidadania é motivo de reivindicações sobretudo pelas classes mais desprivilegiadas. Entretanto a cidadania não é vista como a mesma coisa por todas as pessoas. Em nossa opinião, ser cidadão é possuir direitos e deveres. É possuir o direito de escolher seus governantes (direitos políticos), de poder alcançar uma vida digna onde estejam saciadas todas as suas necessidades e de ter responsabilidades junto à coletividade. COVRE⁶ detalha a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Direitos civis dizem respeito basicamente ao direito de se dispor do próprio corpo. Direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas. E direitos políticos dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida. Outra definição, bastante relacionada a democracia e a participação, foi utilizada no I Congresso para Integração de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, realizado em julho de 1991 na cidade de São Bernardo do Campo.

⁶COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O Que é Cidadania..* São Paulo: Brasiliense, 1991.

“Cidadania significa participação. Participação pressupõe o saber, e este também se enriquece no exercício da democracia. A democracia existirá quando todos tiverem os mesmos direitos. Não direitos que ficam só no papel, mas principalmente, garantindo o acesso aos bens produzidos. Será tanto mais sólida quanto for a sua transparência e grau de circulação de informações articuladas que produzam conhecimento globalizante. Somente assim, com pessoas que são sujeitos, é que podemos falar em cidadania. E este é um direito que está posto junto com a discussão da Escola. Se a escola desempenhar o papel de ser instrumento de construção e democratização do conhecimento, estará contribuindo para a consolidação da democracia e da própria cidadania.”(fls. 03)

No Brasil, em maior instância, a cidadania deve ser regida pela Constituição que fixa os direitos e deveres dos cidadãos.

Pensamos que o acesso ao esporte, em suas mais variadas possibilidades, está relacionado aos direitos civis e sociais da população. Devido a isso, cabe às administrações públicas a necessidade de possuírem políticas em relação ao esporte que vá de encontro aos direitos e as aspirações das pessoas.

Nos mais variados governos, o discurso dominante muitas vezes está baseado na igualdade. Isso diz respeito à igualdade de oportunidades, a garantia de todos os cidadãos terem acesso aos bens e serviços que dizem respeito à sua cidadania. Porém, em países onde há um grande número de classes sociais e grandes diferenças entre tais classes, as políticas públicas não são de acesso à todos. São políticas que visam atender a uma certa camada da população, através de programas criados com critérios clientelistas nos mais variados governos. Deste modo, políticas públicas para com o esporte, assim como as das outras áreas, atingem um número limitado de pessoas, não contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida de todos.

Vendo o esporte como um instrumento de qualidade de vida e participação social, observamos que iniciativas que seguem para os mais variados rumos têm sido tomadas em relação à políticas públicas para com o esporte. Porém cabe dissertar sobre alguns problemas e equívocos em tais práticas.

Freqüentemente, os problemas relacionados às políticas públicas para com o esporte começam nas próprias pessoas responsáveis pela área. É comum a utilização de indivíduos consagrados no meio esportivo como a garantia de uma política esportiva de sucesso. Despreza-se porém, que tais indivíduos não possuem a formação e a equipe necessária para tal tarefa. Outras vezes, cargos como o de Secretário de Esportes são ocupados por advogados ou empresários por exemplo, nos

estranhos acordos realizados nas mais diversas alianças políticas. Erroneamente, as Secretarias ou Departamentos de Esportes são comumente usados para fazer “política” no mau sentido da palavra. Ou seja, para o consentimento de favores ou para a busca de favorecimentos, ações essas, desvinculadas da real função de tais órgãos.

Outra questão é o que diz respeito ao direito ao acesso ao esporte em suas múltiplas dimensões. Relaciona-se, muitas vezes, políticas públicas da área esportiva com assistencialismo. É comum, mesmo que implicitamente, o pensamento de que as iniciativas nesta área são “favores” que estão sendo concedidos à população. E o pior é que tal pensamento também pode ser compartilhado com população de um modo geral. Além da necessária reivindicação pelos seus direitos, cabe a todas as pessoas a efetiva participação na organização do esporte e lazer, tendo o cidadão a postura de agente ativo na elaboração das prioridades.

Parece-nos claro que uma das primeiras posições a serem tomadas é a da superação dos antigos conceitos e modelos de políticas públicas para com o esporte. Políticas essas que tendem a promover a desintegração social e a não formação do cidadão.

“Podemos dizer que as administrações públicas brasileiras do Esporte e Lazer continuam com o modelo adotado no Decreto Lei 3.199/1941 que estimula a prática de jogos escolares, jogos abertos, jogos da juventude, jogos militares etc. Atividade esta, é normalmente o grande

carro chefe de qualquer Secretaria ou Departamento Municipal de Esporte.”
(MEZZADRI, 1995,p.73)

Além da restrita amplitude alcançada pelas pelas antigas práticas dos órgãos administrativos para com o esporte, um outro problema nos parece bem mais grave. Problema esse que fundamenta uma maneira equivocada de se tratar o tema esporte nas administrações públicas. E por ser fundamental deve ser repensado e discutido previamente. Falamos aqui da função, do que se quer alcançar com os programas desenvolvidos pelas administrações em relação ao tema. Vemos que muitas vezes, o esporte é visto como uma atividade que visa atenuar outros problemas, ao invés de ser tratado como item fundamental para a formação da homem. Segundo CASTELANI⁷, a maioria das políticas para com o esporte possuem em sua essência o caráter compensatório. É comum, por exemplo, a introdução de programas de esporte na periferia para afastar as crianças da marginalidade. Ou então, usam-se práticas esportivas como estratégia de evitar o contato juvenil com as drogas.

Em uma administração pública, é preciso buscar soluções coletivas, ao invés de respostas individuais e sem respaldo às expectativas da população em geral. Além disso, alguns simples cuidados, muitas vezes esquecidos, podem trazer significativos resultados na direção da democratização do esporte. Em relação aos

⁷CASTELLANI, Lino. *Lazer e Qualidade de Vida*. In_ Políticas Públicas Setoriais de Lazer - o Papel das Prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

espaços públicos por exemplo, a simples organização e otimização deles pode evitar a predominância da “lei do mais forte”, quando tais locais ficam restritos ao público masculino e adulto.

A contribuição que o esporte pode e deve dar na busca da cidadania diz respeito ao desenvolvimento das pessoas para o desenvolvimento da sociedade. A formação dos indivíduos não pode estar restrita ao conhecimento de alguns ramos considerados como “essenciais”. Uma formação plena deve promover o acesso aos bens sociais, onde encontram-se as atividades esportivas. Só é possível pensar em uma cidadania verdadeira se as pessoas estiverem integradas ao seu meio social, livres para tentarem atingir as suas aspirações.

“... o esporte na formação para a cidadania não pode deixar que o jovem se feche num saber pautado em algumas noções essenciais, nem deve submetê-lo a práticas disciplinares desprovidas de sentido, sob o argumento da necessidade da organização política, nem tão pouco alimentar processos competitivos de tal ordem que a violência apareça como uma necessidade de sobrevivência.” (FERREIRA, 1996, P. 99)

Tendo em vista que o nosso país é, segundo dados publicados no jornal Folha de São Paulo⁸, o campeão mundial de concentração de renda, acreditamos que soluções definitivas para a busca da cidadania com a contribuição de elementos como o esporte, passa necessariamente por uma reorganização social. Reorganização esta onde o tão buscado crescimento econômico ande de mãos dadas com o desenvolvimento social.

⁸Folha de São Paulo. *Conselho Editorial*. 16 de Julho de 1996.

RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Esta parte do trabalho, tem como o objetivo o relato de experiências positivas com políticas públicas para com o esporte. Tal relato irá acontecer em três níveis. Uma cidade do interior de São Paulo (Piracicaba), uma capital de Estado (São Paulo), e um Estado (Estado do Paraná). A estratégia de transcrição utilizada procurou mostrar as principais idéias dos entrevistados, realizando um enxugamento de suas falas. Os originais, com as gravações completas, encontram-se com o autor à disposição de qualquer interessado.

ENTREVISTA 1

Entrevista realizada com o Prof. Ídico Luiz Pellegrinotti, Assessor Técnico da Secretaria municipal de Piracicaba, durante a administração do Prefeito José Machado. (1989 - 1992).

Como era a estrutura da Secretaria de Esportes de Piracicaba?

No que tange a estrutura da Secretaria de Esportes de Piracicaba, ela tinha uma autonomia de participação e de atividade em todo o seu complexo. Esse complexo era formado por vários Departamentos, como Departamentos de Lazer,

Departamento de Cultura, Departamento de Esportes, Departamento de Educação Motora, entre outros. Toda essa estrutura estava organizada para se ter uma atividade autônoma, ou seja, nós recebíamos as verbas, que eram destinadas ao gerenciamento de todos os projetos da Secretaria.

Pensamos que políticas públicas para com o esporte são um conjunto de iniciativas que, dentro de um programa a longo prazo, visam trabalhar o esporte em suas múltiplas possibilidades. Em última análise, o esporte diz respeito ao desenvolvimento das pessoas para o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, como a administração a qual o Senhor esteve ligado trabalhou o esporte enquanto iniciação esportiva, esporte de alto rendimento, e outras possibilidades, como o esporte adaptado para portadores de deficiência física e para a terceira idade?

Todas essas relações que você fez nós tínhamos na Secretaria. Então tal Secretaria tinha o setor que trabalhava o esporte enquanto iniciação, da aprendizagem do esporte, o setor que trabalhava o aprofundamento, e o setor ligado às atividades competitivas e representativas. Representativa em circunstâncias como dentro da própria cidade, no interior do Estado, em jogos regionais e abertos e outras atividades em que estávamos envolvidos. Dentro desta perspectiva, nós tínhamos também o Departamento de Esportes Adaptados e o Departamento de Recreação e Lazer. Mas qualquer que seja a atuação do indivíduo, ele estava sujeito a essas três características, mesmo estando no esporte adaptado ou para a terceira idade.

Dentro desse contexto, um projeto importante era o Centro de Treinamento Esportivo. Portanto, crianças que tiveram uma iniciação esportiva no colégio e que querem dar continuidade acima do processo da aprendizagem, encontravam na prefeitura um local em que eles pudessem por em prática a sua experiência, vivência e até a sua capacidade e talento em competir. Essa era uma abordagem do município no sentido de amparar todas as competências esportivas que fossem de intencionalidade das pessoas.

Qual a porcentagem do orçamento da cidade de Piracicaba à época destinada a área de esportes? Como se deu a relação entre recursos públicos e privados?

Eu não tenho com precisão o valor ou a porcentagem do orçamento destinada à Secretaria de Esportes. Mas nós sabíamos que a Secretaria atuava dentro das perspectivas que nós propúnhamos e no que faltava tínhamos o apoio da prefeitura na suplementação dessas verbas. A relação com os recursos privados foi muito importante na cidade porque tivemos vários projetos de parceria. Nós tivemos, por exemplo, a parceria com a Dedini, que era uma empresa de produtos para usinas, onde esta empresa se responsabilizava pela qualidade de materiais que eram utilizados por toda a estrutura administrativa de esportes da Secretaria. Então nós tínhamos desde cronômetros até aparelhos para ginástica olímpica dos mais sofisticados, fornecidos por esta parceria. E este não foi o único projeto de parceria com o setor privado, sendo que vários outros aconteceram.

Já existiam ou foram criadas durante tal administração Leis de incentivo ao esporte e ao financiamento esportivo? Quais são essas Leis?

Não existiam, mas nós criamos, sobretudo através de projetos. Um desses projetos permitia que a prefeitura fizesse uma parceria com o setor privado, no sentido em que aquelas modalidades em que a prefeitura não possuía condições de trabalhar, como estrutura ou pessoal, fossem transferidas para o setor privado. Exemplos dessas atividades são o treinamento em piscinas aquecidas e aulas de tênis de campo.

Outro projeto foi um Projeto de Lei, onde nós abatíamos de pessoa física ou jurídica, vinte e cinco por cento do IPTU, quando ocorria uma participação efetiva no apoio ao esporte em todos os níveis. E aos clubes da cidade, nós tínhamos uma isenção de cem por cento do IPTU, se eles apoiassem duas ou três modalidades esportivas.

Nós tínhamos também uma Lei que dava dez salários mínimos de referência para os Centros Comunitários que participavam das atividades esportivas do município. Isso para fazer frente a alimentação e transporte das crianças da periferia. Eu penso que esses eram os três grandes projetos, aprovados na câmara municipal de Piracicaba, que foram estabelecidos, mas que eu não sei se está ainda em vigor devido à mudança de administração.

Quais os principais objetivos que procurou-se alcançar na administração a qual o Senhor fez parte em relação ao esporte?

O primeiro objetivo foi de desenvolver uma cultura de esporte, ou seja, transformar o esporte em algo da vida do cidadão. Essas pessoas teriam condições de aprender, participar e ter o amparo legal, científico e pedagógico para a sua atividade esportiva. Isso foi feito em todos os bairros, inclusive com parcerias com outras Secretarias.

Em sua avaliação, tal administração contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, vendo o esporte como um desses instrumentos? De que forma?

Dentro do aspecto qualidade de vida, algumas iniciativas foram tomadas. Além das várias atividades que nós tínhamos em relação ao esporte, os outros departamentos da Secretaria, estavam todos os fins de semana atuando nos bairros. Esta atuação levava atividades esportivas e culturais às pessoas, e isso funcionava também como uma fiscalização para saber se a sociedade estava participando.

Nós tínhamos também o Centro Esportivo de Treinamento, que estava sempre a disposição para avaliação física e treinamento de equipes de bairros que queriam, por exemplo, participar de um campeonato e não tinha onde treinar.

Aborde, caso o Senhor ache necessário, mais alguma ação desenvolvida por tal administração. (considerações finais)

Uma mudança importante que nós fizemos, foi que todos os campeonatos realizados pela Secretaria de Esportes foram totalmente reformulados. Por exemplo o futebol vivenciado pelas crianças tiveram suas regras modificadas, isso para que pudesse privilegiar a participação, a cooperação e o conhecimento da modalidade esportiva.

Outro fato importante é que o processo dessa administração foi modelo para várias outras, inclusive no Rio Grande do Sul e em outras cidades do interior de São Paulo. Especificamente na cidade de Indaiatuba, nós demos durante quatro anos uma assessoria para o desporto de base daquela cidade.

ENTREVISTA 2

Entrevista realizada com o Prof. Lino Castelani Filho, Diretor Técnico da Secretaria Municipal de Esportes nos anos de 1989 e 1990, durante a administração da Prefeita Luiza Erundina. (1989 - 1992).

Como era a estrutura administrativa da Secretaria de Esportes da São Paulo?

Minha passagem pela Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer de São Paulo se deu na gestão da Luiza Erundina, em seus dois primeiros anos. Ela estava estruturada como Secretaria, estando organizada em alguns departamentos e com responsabilidade administrar os mais de quarenta centros educacionais esportivos da cidade de São Paulo.

Pensemos que políticas públicas para o esporte são um conjunto de iniciativas que, dentro de um programa a longo prazo, visam trabalhar o esporte em suas múltiplas possibilidades. Em última análise, o esporte diz respeito ao desenvolvimento das pessoas para o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, como a administração a qual o Senhor esteve ligado trabalhou o esporte enquanto iniciação esportiva, esporte de alto rendimento, e outras possibilidades, como o esporte adaptado para portadores de deficiência física e para a terceira idade?

Para responder essa questão, é necessária fazer alguns preâmbulos. Primeiramente, nós chegamos em uma Secretaria que já existia, que já possui um corpo técnico. Além disso, nós assumimos em 1989 com outros agravantes. Um deles era que o Prefeito anterior tinha sido Jânio Quadros. Outro era que estávamos vivendo uma primeira experiência administrativa enquanto Partido dos Trabalhadores, cientes que toda a atenção do país estaria voltada para tal administração. Além disso, precisamos levar em conta que, diferentes de outras áreas como a saúde e a educação, o PT não tinha acumulado na área de esportes, muita discussão e estudo acerca de políticas públicas para o assunto.

1989 era um ano eleitoral. Nós vivíamos às vésperas de uma sucessão presidencial, onde todas as atenções estavam voltadas para a possibilidade do Lula ser presidente. Com isso, nós éramos a melhor vitrine que o PT tinha para dizer da sua capacidade de administrar o país.

Pensando no que nossa administração poderia ser diferente daquela do Jânio Quadros, nós só tínhamos respostas para serem dadas em cima de parâmetros gerais. Teríamos, por exemplo, que democratizar o acesso ao esporte, primar por uma gestão mais participativa, a tomada de decisões deveria envolver a comunidade. Deveríamos desenvolver também uma administração dos centros esportivos onde houvesse uma política central que orientasse o trabalho nesses centros. Outra questão importante é que nós nunca esquecemos de que uma Secretaria de Esportes era parte integrante de uma política maior de governo.

Quando você fala em esporte como desenvolvimento das pessoas para o desenvolvimento da sociedade, você está tendo uma visão instrumental. Esta visão

estava presente mas na perspectiva de que ele em si mesmo tem conhecimento e história, e esse conhecimento é que daria razão a existência do que nós chamávamos de cultura corporal. Cultura essa que precisaria ser compreendida pela população. Então nós queríamos construir uma política que significasse envolver um maior número de pessoas numa prática esportiva, mas uma prática qualitativamente diferente daquela que eles já conheciam.

Qual a porcentagem do orçamento da cidade de São Paulo destinada a área de esportes? Como se deu a relação entre recursos públicos e privados?

O orçamento que o governo Jânio Quadros aprovou para a área de esportes 1989, compunha do orçamento geral 0,7%. A expectativa de todo trabalho nosso era de construir a possibilidade de chegarmos a 1% do orçamento. Porém não conseguimos isso, sendo que na verdade nós tivemos um orçamento para 1990 menor que o 0,7%. O orçamento de 1990 era próximo de 0,6%, já que a administração toda priorizou um processo de saneamento das finanças do município.

Com relação as parcerias com a iniciativa privada, as grandes amarras que nós tivemos foram em relação à Legislação muito antiga do assunto. Esse fato proibia o estabelecimento de vendas de espaços publicitários, impedia o estabelecimento de parcerias rápidas, que era o que precisávamos. Nós precisávamos de uma reforma administrativa. Porém, tal reforma levava algum tempo e necessitava

de uma Câmara Municipal favorável a tais reformas, o que nós não tínhamos, até pelo momento político que vivíamos.

Já existiam ou foram criadas durante tal administração Leis de incentivo ao esporte e ao financiamento esportivo? Quais são essas Leis?

Em 1989 foi aprovada a Lei que ficou conhecida a nível federal como Lei Mendes Tamer para o esporte, que tratava dos incentivos fiscais (Lei nº 1752 de 14/04/98). Ficou-se no acompanhamento da regulamentação desse Lei. À partir dessa regulamentação, os governos estaduais e municipais poderiam construir as suas próprias diretrizes incentivo ao esporte. Porém após a regulamentação, o Governo Collor revogou a Lei, não permitindo que ela vigorasse.

Hoje o INDESP, órgão da administração Federal, criado pela MP 931 de março de 1995, estabelece, tem diretrizes em relação aos financiamentos, surgidas à partir da aprovação da Lei Zico em 1993 (Lei 8672 de julho de 1993) e do Decreto 981 de novembro de 1993 que regulamenta a Lei Zico. Esta Medida Provisória altera substancialmente alguns artigos da Lei Zico, no que diz respeito a estrutura da administração do esporte, mas traz a possibilidade de uma regulamentação de como se dará o financiamento do esporte.

Na época, o que existia em São Paulo era isso. A não ser aquela invenção, que considerávamos desastrosa, que era a liberação do pagamento do IPTU a clubes que comprovassem desenvolver atividades em pelo menos três modalidades

olímpicas. Para se ter uma idéia, clubes como o Jockey Clube não pagavam IPTU, pois bastava ter três escolinhas com esportes olímpicos para ter a isenção de tal imposto. Outros clubes como o Pinheiros, o Hebraica, o Paulistano, eram clubes de elite não pagavam IPTU, isso inclusive com um grande loby desses clubes na Câmara Municipal. Não achávamos justo isso, sobretudo em um imposto dos mais democráticos na medida em que poderia ser usado na estrutura do esporte para a cidade como um todo.

Quais os principais objetivos que procurou-se alcançar na administração a qual o Senhor fez parte em relação ao esporte?

Nós tentamos dar ao esporte um tratamento de manifestação cultural. Isso significava basicamente reconhecer que o esporte existia por conta do trabalho humano, voltado para atender a necessidade humana. E essas necessidades se situavam sobretudo em três campos: no campo da saúde, no campo do lazer e no campo do trabalho. Então nós tínhamos que ter programas que dessem conta dessas três áreas.

Basicamente, ao pensarmos em um projeto político para o esporte, nós fizemos uma crítica á forma como o esporte era tratado nas faculdades de Educação Física, nos locais responsáveis pela formação de profissionais para trabalhar nesse campo. Isso porque nas faculdades o esporte é trabalhado com ferramentas localizadas no campo das ciências biológicas. Ele é tratado na ótica do treinamento esportivo, no ensino da técnica como elemento para a busca de rendimento, e não é tratado

necessariamente como conhecimento esportivo. Em nenhum momento o esporte é tratado como prática social, como manifestação cultural. E isso é refletido para a maioria das administrações públicas. Nesse sentido, promove-se muitas vezes uma massificação esportiva com a idéia de que dessa massa praticante eu possa tirar a elite, aquele que mais demonstre talento, e com esse talento é que eu vou querer desenvolver o principal trabalho meu. Mais do que promover a cidade em jogos, é preciso promover o cidadão do município. Promover o cidadão é trabalhar o esporte enquanto esporte comunitário, com valor e significado próprio, e não como a base para que o alto rendimento possa acontecer.

Em sua avaliação, tal administração contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, vendo o esporte como um desses instrumentos? De que forma?

Um ano e meio, que foi o tempo em que eu estive ligado a tal administração é muito pouco para se ter uma idéia exata das melhorias que ocorreram. Mas, mesmo assim, algumas coisas nós pudemos observar que já ocorriam. Por exemplo, no momento em que você tem, na administração de um Centro Educacional Esportivo o hábito de chamar a comunidade para discutir a resolução dos problemas desse Centro, você percebe que algumas coisas já estão mudando. Nós tínhamos Colegiados, Comissões de Usuários que discutiam com os Diretores e com a equipe técnica formas de administração dos Centros. Eu participei dos primeiros passos do estabelecimento dessa administração comunitária.

Aborde, caso o Senhor ache necessário, mais alguma ação desenvolvida por tal administração. (considerações finais)

Eu não dei exemplos ainda, então gostaria de citar alguns. Além desses trabalhos que ocorreram dentro dos Centros Educacionais, cada Centro com sua dinâmica própria, tiveram alguns programas que tiveram uma conotação de São Paulo como um todo. Eram experiências que tinham o objetivo de ter uma presença mais ampla. Nós tivemos um projeto de natação, envolvendo mais duas Secretarias que era constituído do seguinte. Via um projeto da Secretaria de Cultura (Projeto Memória do Bairro), as crianças eram estimuladas a pesquisar sobre a História da natação com seus antepassados. Ao mesmo tempo discutindo como a modalidade natação se fazia presente em nosso País. Estabeleceu-se também, cronogramas de visitas das escolas aos Centros que possuíam piscinas. Por fim, realizava-se um festival, onde todas as crianças recebiam um certificado, onde constava em que tempo ele atravessou uma piscina de cinquenta metros.

Outro projeto era o Visita ao Pacaembú. A verdade é que o paulistano pouco conhece tal lugar. Pois muitas pessoas pensam que lá só existe o estádio. Na verdade, o Éder Jofre já ganhou títulos lá, a Maria Esther Bueno já disputou campeonatos de tênis, entre outras coisas. Nós restauramos a História do Pacaembú, e convidamos as escolas públicas para conhecerem toda a estrutura do complexo. Acho que esses são alguns projetos que refletem bem para onde nós queríamos apontar.

ENTREVISTA 3

Entrevista realizada com o Prof. Paulo Roberto de Oliveira, Diretor Técnico de Esportes da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, durante a administração do Governador Álvaro Dias. (1987 - 1990)

Como era a estrutura administrativa da Secretaria de Esportes do Paraná?

A estrutura administrativa do esporte no Paraná sempre funcionou como um Departamento, o qual era ligado a Secretaria de Cultura do Estado. Porém, havia uma expectativa da comunidade em relação à criação de uma secretaria, isso manifestado inclusive por documentos expedidos por reuniões feitas pelas comunidades. Pensava-se que o fato de você ser um Departamento dentro de uma Secretaria de Cultura, não dava ao esporte o status merecido. Isso pelo fenômeno que o esporte representa, pelo espaço jornalístico que ele ocupa e pela importância comercial do esporte. Essas coisas devem ser pensadas e como Departamento isso nunca aconteceu, porque a maior parte das vezes, senão todas, nunca houve um Secretário de Cultura ligado ao esporte. Isso provocava uma distância muito grande entre as idéias do esporte e as idéias do Secretário de Cultura. À partir do ano de 1986, com essas discussões com a comunidade e com a possibilidade do Álvaro Dias assumir o Governo do Estado, nós iniciamos uma série de discussões pelo Estado idealizando um anti-projeto para a política estadual de esporte, isso ainda antes de

entrar no governo. Esse projeto foi distribuído para todas as treze regiões do Estado para uma discussão dentro delas, com um prazo de seis meses para um retorno dessas regiões.

Com a eleição de Álvaro Dias para o governo do Estado, pensou-se na criação da Secretaria que era uma expectativa da comunidade. Porém, nós chegamos à conclusão que a Secretaria seria mais um órgão truncado, com dificuldades de operacionalização de certos projetos e de captação de recursos externos, principalmente os da iniciativa privada. Uma vez que parece que a iniciativa privada não tem confiança muito grande nas coisas relacionadas ao governo. À partir dessa situação achou-se mais interessante criar-se um órgão enxuto e ágil que foi denominado Fundação de Esporte e Turismo do Paraná. Havia um Conselho Administrativo, um Diretor Presidente dessa Fundação com seus gabinetes e suas assessorias, uma Diretoria de Turismo, uma Diretoria Administrativa Financeira e uma Diretoria de Esportes, todas interligadas, bem comandadas e com várias gerências.

Pensamos que políticas públicas para com o esporte são um conjunto de iniciativas que, dentro de um programa a longo prazo, visam trabalhar o esporte em suas múltiplas possibilidades. Em última análise, o esporte diz respeito ao desenvolvimento das pessoas para o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, como a administração a qual o Senhor esteve ligado trabalhou o esporte enquanto iniciação esportiva, esporte de alto rendimento, e outras possibilidades, como o esporte adaptado para portadores de deficiência física e para a terceira idade?

Essas gerências que eu citei anteriormente atuavam sob a forma de projetos, onde uma pessoa poderia ser gerente em um projeto dentro do esporte de rendimento e ser participante ativo de um projeto de uma gerência em esporte escolar. Ou seja, não havia departamentalização, as coisas funcionavam de modo integrado. Porém, as pessoas tinham sempre sob sua responsabilidade prioritariamente um determinado projeto. No fundo foram sessenta projetos administrados por trinta pessoas da área de Educação Física. Então, na verdade, de um total de cerca de cem pessoas para administrar o esporte no Estado, setenta eram do setor administrativo e ligado ao turismo e trinta pessoas simplesmente ligadas ao esporte. Para que isso possa ser operacionalizado, você não tem outra alternativa dentro de uma estrutura enxuta, do que partir para uma política de descentralização. Política essa, que foi a criação de Centros Regionais, treze Centros Regionais espalhados pelo estado com possibilidade inclusive de transferência de decisões administrativas, e mais que isso, contar com a colaboração das Faculdades de Educação Física. E isso no Estado do Paraná é mais facilmente administrado porque o número de Faculdades de Educação Física é pequeno, sendo que nós possuímos apenas dez. A Faculdade acabou sendo uma maneira do Estado chegar ao município.

Os projetos que já existiam anteriormente no estado foram repensados, apesar de existirem coisas muito boas. Como técnico procurei primeiro idealizar um projeto que chamei de Projeto Integração. Esse projeto visava repassar material esportivo para os municípios duas vezes por ano em duas modalidades esportivas de escolha do município, o qual deveria desenvolver um projeto de atendimento à

comunidade com envolvimento mínimo de cem pessoas. O município deveria enviar ao Estado relatórios mensais de sua atividade. Com isso, eram distribuídos materiais dentro de uma proposta, e isso para mim é uma política. Esse projeto estendeu-se para duzentos e cinquenta municípios, criando uma base esportiva no estado. Essa base esportiva foi complementada com jogos escolares e jogos da juventude que foi criado na nossa gestão. Outro projeto nesse campo foi o que nós chamamos de Polos Esportivos. Com esses Polos Esportivos foram criados treze polos de atletismo no estado, treze de basquete, treze de voleibol, treze de handball, ou seja, aqui você já tinha uma sofisticação maior. A política foi constituída da seguinte forma: um esporte de base com esses processos de iniciação esportiva e um encaminhamento via jogos escolares e jogos da juventude. Fora isso, havia o chamávamos de Esporte Participação, que era um atendimento às pessoas que iam nas férias ao litoral do Paraná. Porém, víamos que o número de pessoas do interior do estado que iam até o litoral era muito reduzido. Com isso, capacitamos em um projeto acadêmicos de Educação Física num total de cento e dezesseis, que foram para cento e dezesseis municípios no período das férias e mobilizaram a comunidade local, principalmente no período em que o departamento municipal de esportes entra em férias.

Após realizarmos o projeto o qual já me referi, ele foi levado à comunidade e discutido. Esperava-se que muitas sugestões ocorressem, sendo que na verdade isso foi frustrante, porque realmente pouca gente fez alguma sugestão que viesse a questionar tal proposta. Sendo assim, à partir do mês de agosto de 1987, idealizou-se a política que foi distribuída para o estado, e passou então para a sua implementação.

Qual a porcentagem do orçamento do Estado do Paraná à época destinada à área de esportes? Como se deu a relação entre recursos públicos e privados?

Eu não saberia dizer exatamente hoje o significado de tal orçamento pelo fato de haver tido tantas mutações de moedas e etc. Eu só posso dizer pra você o seguinte, que o orçamento vindo pelo recurso público sempre foi suficiente para atender as nossas exigências. E além disso, sempre que solicitamos uma suplementação de orçamento na Assembléia Legislativa, ela foi atendida. Por outro lado, a grande vantagem de funcionarmos enquanto Fundação, sempre foi o fato de podermos captar recursos de empresas paranaenses, e em especial de bancos privados, com maior facilidade. Nós chegamos a fechar a ano com um superávit de duzentos e cinquenta mil dólares. Empresas como a Batavo, bancos como o Bamerindus e o Bradesco e outras empresas que vieram a investir no esporte, deram um crédito à nós à partir do momento em que nos estabelecemos como Fundação, enxuta, dinâmica e cuidada no sentido de divulgação. À partir do momento em que os projetos aconteciam, a população tomava consciência disso através dos mais variados meios de comunicação. Não adianta você apenas realizar, você precisa realizar e divulgar o que está fazendo.

Para conseguirmos isso, realizamos em nosso primeiro ano de gestão, o I Seminário de Marketing Esportivo no Paraná. Seminário esse em convidamos além do Prof. Manuel Tubino que era presidente Conselho Nacional de Desportos, o Prof. Nuzman que é atualmente o presidente do C.O.B. , o Bebeto de Freitas e outras

empresas que na época lideravam o esporte nacional, como o Banespa. Isso para eles passarem sua experiência ao empresariado paranaense, mostrando o esporte como uma alternativa viável de investimento. E nós não pensamos somente no esporte de rendimento, mas também no atendimento à própria empresa. Ou seja, na possível contratação de professores de Educação Física para o desenvolvimento de programas dentro das suas empresas. E nós não cobramos nada do empresariado naquele momento, mas ele recebeu um documento com mais de sessenta projetos devidamente orçados com seus objetivos, e quem eles se destinavam, para que ele olhasse com calma e estudasse em qual projeto ele se encaixaria.

Sob o ponto de vista de recursos, acho que hoje nós devemos sair da velha prática que é depender de recursos do governo. Então que lidera tem que ter prestígio político, participação política e respeito na comunidade.

Já existiam ou foram criadas tal administração Leis de incentivo ao esporte e ao financiamento esportivo? Quais são essas Leis?

Sobre esse assunto, uma das iniciativas mais importantes que nós conseguimos foi com que tudo que fosse feito de jogo dentro do Paraná e que envolvesse o esporte, setenta por cento desse recurso ia diretamente para o esporte. Isso foi só uma questão de intermediação política do Secretário junto ao Governador. Assim, todo esse dinheiro foi investido em obras e projetos de amparo ao esporte. Alguns municípios criaram uma Lei específica de incentivo ao esporte através do IPTU. Porém, essa possibilidade

de um empresário investir no esporte e abater parte de seu IPTU acabou trazendo como consequência o interesse de outras Secretarias por incentivo semelhante. Isso despertou ciúmeira, e nós achamos que essa prática não é a mais interessante. Tanto é que Maringá que foi a pioneira nisso teve que diminuir gradativamente o percentual do desconto até eliminar esse incentivo. Porque na verdade existe o recurso público, e esse recurso público deve ser distribuído entre todas as Secretarias.

Quais os principais objetivos que procurou-se alcançar na administração a qual o Senhor fez parte em relação ao esporte?

O principal objetivo está relacionado à democratização do esporte. O esporte está presente em todas as regiões e com isso deve-se motivar o poder público a criar espaços para o lazer, criar espaços para a prática voluntária. Isso envolveu também como objetivo a capacitação de recursos humanos, pois essa capacitação era importante para a implementação da política de esportes. Para isso, deveria haver na Secretaria uma boa biblioteca e um sistema de informação interessante via Centros Regionais, com bibliotecas regionais.

Outra coisa era a existência da Revista de Esportes, que passou a divulgar basicamente artigos de pesquisadores paranaenses que muitas vezes não divulgavam seus trabalhos, abrindo esse espaço também para outras instituições. Para isso foi criado um jornal de circulação bimestral, e além de informações à respeito das políticas públicas, ele divulgava o que estava acontecendo nos municípios.

É difícil falar em um objetivo único de uma administração. A valorização do esporte e sua democratização, sua divulgação e a capacitação de recursos humanos constituem o projeto prioritário.

Em sua avaliação, tal administração contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, vendo o esporte como um desses instrumentos? De que forma?

É difícil conseguirmos uma mutação na qualidade de vida em um período de cinco anos. Sendo que o ocorre na maioria das vezes é uma descontinuidade de uma administração para outra.

O que tentou-se fazer, foram iniciativas como a de Pato Branco, por exemplo, onde nós tínhamos oito ginásios de esportes na comunidade e pensava-se na criação de um outro ginásio. Visto a essa situação, nós propomos a construção não de mais um ginásio, mas de uma piscina térmica que atendesse a população sobretudo na época de frio. Imagina o que seria para um garoto de vila nadar em uma piscina térmica. Através de apoio do Estado, esse projeto chegou a atender mil e quinhentas pessoas por mês, e isso para mim é qualidade de vida. Motivar, sensibilizar as administrações a construir áreas de lazer, e isso aconteceu bastante em tal administração, foi uma conquista alcançada, além de adaptações feitas aos deficientes físicos.

Um outro projeto importante nessa questão, foi a verificação do nível de aptidão física do povo paranaense. Esse projeto desenvolveu uma pesquisa ampla

com *uma unidade* móvel devidamente aparelhada que viajou quarenta e dois mil quilômetros pelo estado, pesquisando dezesseis mil paranaenses. Com isso, o Paraná tem hoje um perfil da aptidão física de seu povo, e pode propor, se desejar, programas populares de orientação da aptidão física baseadas nas várias capacidades físicas do indivíduo. Isso é uma iniciativa voltada para o pensamento na qualidade de vida.

Aborde, caso o Senhor ache necessário, mais alguma ação desenvolvida por tal administração. (considerações finais)

Todos os meses de agosto, nós éramos obrigados a montar o orçamento da nossa Fundação. E esse orçamento era enviado para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para aprovação dos deputados. O que sempre aconteceu foi um trabalho político junto aos deputados mostrando a importância de que eles aprovassem na íntegra aquele orçamento. Mas à partir do primeiro ano, nós achamos de fundamental importância a prestação de contas ao Estado, à toda comunidade paranaense e à Assembléia Legislativa enviando um relatório anual de todas as atividades desenvolvidas. Nesse relatório encontrava-se informações sobre recursos gastos, a participação dos municípios, projetos descritos e número de pessoas atingidas. Esse relatório fez com que as pessoas se sensibilizassem a respeito do que estava acontecendo e do que estava para ser implementado. Isso deu muito crédito e muita confiabilidade à administração, e jamais nós tivemos problemas com a questão orçamentária.

Desta forma as coisas foram feitas com muita clareza. Porque ela parte de um processo de discussão de uma proposta, e depois, e esse pode ter sido um dos erros meus, parte para o cumprimento radical dessa proposta. Esse pode até ser um erro imediato, mas não é um erro a médio prazo. Porque o radicalismo que eu estou falando propicia parâmetros para você depois corrigir alguma coisa que você não tinha certeza que podia dar certo. O problema que eu vejo muitas vezes em políticas públicas, é a criação de um documento e depois a modificação dele no meio do caminho sem antes ter experimentado. Então nós procuramos aplicar exatamente o que dizia o documento, até porque as pessoas tiveram seis meses para questionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências citadas anteriormente, nos apontam para a necessidade da existência de projetos claros, como tais administrações possuíam para o tratamento de políticas públicas para com o esporte.

Nesse sentido, cabe-nos ressaltar alguns princípios e iniciativas, às quais os administradores devem estar atentos no tratamento do assunto.

É de fácil observação, o fato de que, na maioria das vezes, a área de atuação do esporte é colocada em segundo plano, no que diz respeito a distribuição do orçamento público para as várias áreas existentes. Devido a isso, além de ter como meta o alcance do status que o esporte merece, deve-se buscar saídas para tal situação. Parece-nos claro que, uma dessas saídas é a busca de parcerias com a iniciativa privada, onde projetos em todos os níveis podem ser realizados, sobretudo no que diz respeito a aquisição e manutenção dos equipamentos esportivos. Sobre esse assunto, é importante salientar que algumas iniciativas positivas vêm sendo tomadas. Por exemplo, a Medida Provisória nº 931 de 1995, é importante no sentido de se regulamentar o financiamento esportivo.

Acreditamos também, que um princípio fundamental para a implantação de uma política esportiva de sucesso, é a parcial transferência da elaboração dos programas, assim como do estabelecimento de prioridades, para a comunidade. Ao invés da figura do administrador que é totalmente responsável pelo

projeto e implantação dos vários programas, a participação da população em geral, vê, contribuir para a formação de cidadãos críticos e propositivos.

Vendo o esporte como um dos instrumentos para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, pensamos que ele só assume realmente esse papel, ao ser trabalhado em suas múltiplas dimensões. Para que isso ocorra, é imprescindível a existência de profissionais da área preparados para realizar tal tarefa. Cabe aqui, uma reflexão sobre o tipo de profissionais que vêm sendo formados nos cursos universitários de Educação Física. O estudo de técnicas e lesões no esporte, o estudo do alto rendimento esportivo, apesar de conteúdos de nossa área, não garantem a formação de profissionais capacitados para o tratamento do esporte na esfera social. Dentro desse tratamento que queremos dar ao esporte, a incorporação do tema gerenciamento esportivo ao currículo dos cursos de Educação Física podem preencher uma lacuna deixada durante a graduação. Além de formarmos técnicos no campo das Ciências do Esporte, precisamos construir uma formação que vá de encontro ao tratamento social do esporte, ao entendimento de que o esporte é um dos principais fenômenos da sociedade moderna e, como tanto, deve ser visto e estudado como tal, ultrapassando o estudo das habilidades físicas dos indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

BENTO, Jorge Olímpio. *Profissionalidade, ciência da profissão e competência profissional na formação do pedagogo do desporto e Educação Física*. In_ Revista de Ciência do Desporto dos Países se Língua Portuguesa, vol. 1, nº1, Jan/Jun 1993.

BENTO, Jorge e MARQUES, Antônio. *Desporto. Ética. Sociedade*. Porto: Universidade do Porto, 1990.

BETTI, Mauro. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Editora Movimento, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Como é possível ser esportivo?* In_ Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 135-56.

BRACHT, Valter. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.

Conferência Brasileira de Esporte Educacional. *Memórias*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1996.

Constituição Brasileira, 1988.

DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. Campinas: Papyrus, 1995.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

FEIO, Noronha. *Desporto e Política - ensaios para a sua compreensão*. Torres Vedras: Compendium.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. *Lazer e Educação*. Campinas: Papyrus, 1990.

_____. (org.) *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

Metodologia do ensino de Educação Física. Coletivo de autores. São Paulo: Cortez, 1992.

MONTAGNER, Paulo Cesar. *Esporte de Competição x Educação - o caso do basquetebol - Dissertação de Mestrado*. Piracicaba: UNIMEP, 1993.

- PAES, Roberto Rodrigues. *Educação Física Escolar: o Esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental - Tese de Doutorado*. Campinas: [s.n.], 1996.
- PANZETTI, Humberto Aparecido (org). *Projeto Desporto de Base: compromisso com a democratização e cidadania*. Indaiatuba, 1996.